

# Para uma política de informação: A experiência da RFA

Peter Canisius\*

## Resumo

*Faz-se uma análise dos objectivos e resultados do primeiro programa da RFA para a Promoção da Informação e Documentação (1974-77), apontando-se algumas das causas para o seu pouco sucesso. Resumem-se os objectivos e alterações introduzidas no segundo programa do mesmo tipo (1985-88), concluindo com alguns conselhos para a documentação e informação em Portugal, com base na experiência recolhida na RFA.*

## Abstract

*The objectives and results of the first programme for the Promotion of Information and Documentation (1974-77) in the FRG are analysed and some of the causes for its modest success are pointed out. The objectives and modifications introduced to the second programme of the same kind (1985-88) are summarized and some points of advice to the Portuguese documentation and information professionals given, based on the experience from the FRG.*

O desenvolvimento no mundo da informação é surpreendente. Se o mesmo progresso que se deu na electrónica durante as últimas décadas, acontecesse na nossa indústria automóvel, durante o mesmo período, então um carro médio custaria agora cerca de 400\$00, necessitaria cerca de meio litro de gasolina para 1 000 quilómetros e estaria apto a sentar algumas 5 000 pessoas. Já é claro para todos nós que os meios técnicos para acumular informação são tremendos. A «Compunication» ou seja, a simbiose de computadores e informação combinados com a telemática ou a fusão da

\* Presidente da Deutsche Gesellschaft für Dokumentation e Director da Bundesanstalt für Strassenwesen, RFA.

telecomunicação e das aplicações do computador, tornam possível o inconcebível. Por outro lado, pergunto-me: onde está a sabedoria perdida no conhecimento? E onde está o conhecimento perdido na informação? Este documento tenta oferecer algumas sugestões, através da identificação de alguns factos. Factos como a demasiada distância entre os autores dos sistemas e os utilizadores, isto é, técnicas hostis ao utilizador. Factos como a falta de sensibilidade pela informação. Factos como a ausência de uma política de informação, etc...

Talvez Portugal, país marítimo e audacioso que outrora nos deu novas possibilidades, possa utilizar algumas das observações feitas neste documento, para largar amarras em direcção à nova era da informação. Vejamos então o que se passa com a informação, esta bela síntese de Finangle: «A informação que se tem não é a que se deseja. A informação que se deseja não é a que se necessita. E a informação que se necessita não é acessível.» Alguma coisa está errada, mas exactamente o quê e como melhorar este estado de coisas?

Vou fazer apenas alguns comentários, não acerca de bibliotecas e arquivos, pois estes são geralmente objecto de, pelo menos, algum cuidado, embora nunca o suficiente. As bibliotecas, ou não estão bem equipadas ou não são bem utilizadas, um fenómeno que nunca consegui explicar. Acho que tem qualquer coisa a ver com a sensibilidade pela informação, por parte das autoridades governamentais, de alguns profissionais e dos próprios utilizadores. E o facto é que, com ou sem bibliotecas, ninguém consegue manter a passada do conhecimento. O grande desafio que enfrentamos actualmente é o de tentar melhorar uma situação que pode ser descrita como: «A informação está ali, infelizmente não está aqui.»

Não é fácil falar acerca de informação na generalidade. Algumas pessoas afirmam que é matéria-prima, outras afirmam que é um produto. Sabemos, pelo menos, que a transferência de informação é uma das bases para o desenvolvimento, tanto em países em desenvolvimento, como em países industrializados. Em alguns países industrializados, temos de contar mais com a exportação de conhecimento especializado («know-how») do que com o de matérias-primas e este é o caso de todos os países europeus. Assim, melhorar o acesso à informação mostra-se como tarefa prioritária, se não queremos ficar para trás.

O Governo Federal na República Federal da Alemanha fez, há alguns anos, um grande esforço para resolver o problema da informação, de uma forma centralizada. Contudo, o Programa do Governo Federal da Alemanha para a Promoção da Informação e Documentação 1974-1977, infelizmente, não alcançou o objectivo que se esperava. Sob a coordenação do Ministério para a Investigação e Tecnologia, iniciou-se um ambicioso processo de lançamento de 20 sistemas de informação especializados. Os 20 sistemas concebidos, deveriam ser mais ou menos centralizados, utilizando uma base operacional informatizada e eram os seguintes: 1. Serviços de Saúde, Medicina, Biologia e Desportos. 2. Nutrição, Agricultura e Silvicultura. 3. Química.

4. Energia, Física e Matemática. 5. Engenharia Electrotécnica e Engenharia Mecânica. 6. Metalurgia, Materiais e Exploração de Metais. 7. Indústrias Extractivas e Ciências da Terra. 8. Transporte. 9. Planeamento Regional, Obras e Construção. 10. Bens de Consumo. 11. Economia. 12. Direito. 13. Educação. 14. Ciências Sociais. 15. Humanidades. 16. Estudos sobre o Estrangeiro. 17. Ambiente. 18. Patentes. 19. Normas Técnicas. 20. Informação para a Investigação. O mundo do conhecimento foi compartimentado rigorosamente, em 20 áreas. Os custos totais de operação da totalidade dos sistemas foram calculados em 180 milhões de marcos alemães por ano mas, na realidade, apenas alguns dos centros estão agora operacionais, pelo menos parcialmente, e muitos nunca serão certamente organizados na forma concebida. Quais terão sido as razões para tudo isto?

Por um lado, o ministério responsável nunca conseguiu convencer os outros ministérios da suprema importância da informação, nem da sua capacidade para liderar o processo. O planeamento foi feito de forma um tanto exagerada, resultando em enormes necessidades de pessoal e fundos, justamente numa altura em que o orçamento começava a escassear. No fim, os ricos tornaram-se mais ricos e os pobres, como as ciências sociais, talvez ainda mais pobres. Então, muita gente se virou contra o Programa para a Informação e Documentação, mas o Gesellschaft für Information und Dokumentation-GID (Sociedade Alemã para Informação e Documentação), criado pelos governos central e autárquicos como uma infra-estrutura, a partir de unidades já existentes, foi lutando desesperadamente para salvar o que podia ser salvo. Entretanto, entre muitos outros, a Deutsche Gesellschaft für Dokumentation, a associação profissional alemã, foi preparando o caminho entre os políticos e os homens da decisão, no sentido de convencer o país, uma vez mais, da necessidade de promover a informação e documentação de uma forma eficaz. E assim se obteve algum sucesso.

Presentemente, o Governo da República Federal da Alemanha está a preparar um novo programa para a informação especializada para o período 1985-1988. A condução do processo foi de novo confiada ao Ministério Federal para a Investigação e Tecnologia e as primeiras dificuldades surgem, já, com a atribuição de um título. Ainda não está decidido se o novo programa se chamará Programa para a Informação Especializada ou se ficará de novo, Programa para Informação e Documentação. Todavia, os contornos do novo empreendimento tornam-se agora um pouco mais claros. Ao que parece, de futuro, haverá somente três tipos de apoio para a informação especializada:

- Sistemas com apoio considerável do Ministério Federal para a Investigação e Tecnologia;
- Sistemas subsidiados em parte por este ministério;
- Sistemas suportados, em maior ou menor escala, por outros ministérios.

O novo programa será, mais uma vez, uma acção do Governo Federal.

Por outro lado, dado que a informação especializada, não é de exclusiva responsabilidade federal, existem ainda algumas dúvidas acerca do papel e participação dos vários estados federados, no futuro. Áreas da cultura e da educação, definidas como sendo da competência dos Estados Alemães, não serão contempladas no programa federal. É já definitivo que não haverá envolvimento do programa federal na área das humanidades, apesar da insistência dos Estados para não ficarem com a responsabilidade dos assuntos relativos à educação e às ciências sociais, opinião que não é partilhada pelo Governo Federal. Apesar de os Estados sentirem que são responsáveis por todos os aspectos relativos ao fluxo da informação, eles veriam com bons olhos um apoio do Governo Federal, no que respeita aos intermediários de informação (information brokers). Eles gostariam ainda de ver interesse por parte do Governo Central, no sentido da fixação de verbas destinadas à informação em todos os Orçamentos, assim como para a melhoria da formação específica na área da informação.

Se pudessemos prever as prioridades futuras e prognosticar sobre quais os sistemas escolhidos para uma primeira fase no programa, estaríamos provavelmente no caminho certo se apontássemos os dois grandes sistemas de informação alemães, o da física, energia e matemática (FIZ 4) e o da química. O sistema de informação para as ciências da terra poderá estar também neste primeiro grupo. No segundo grupo de prioridades encontraríamos, eventualmente, a engenharia mecânica e engenharia electrotécnica (FIZ Technik), a urbanização regional, a construção e as normas técnicas. Um pouco mais incerto é o futuro do sistema de informação sobre materiais e minas.

Os restantes sistemas estão mais ou menos ligados a outros Ministérios Federais e têm o apoio de entidades diferentes. Verbas avultadas continuarão certamente a ir para o «DIMDI» — informação sobre serviços de saúde, medicina, biologia, desporto e veterinária que ficará, provavelmente, também com os sistemas para nutrição, agricultura e florestas. Será certamente dado um grande apoio aos dois sistemas sobre ambiente e patentes. Há dúvidas quanto ao futuro do sistema de direito «Juris», que tanto pode não vir a progredir, como pode vir a ter um elevado apoio. Os restantes sistemas nomeadamente, do transporte, da economia, da estatística, da administração pública e da educação serão apoiados a um nível inferior, pelos seus próprios ministérios ou, de outro modo, terão muita dificuldade em sobreviver, pelo menos em alguns casos. Estas perspectivas estruturais não são a essência do novo programa, embora sejam um factor de importância. A principal mudança, em relação ao anterior programa de Informação e Documentação, será talvez a maior iniciativa privada, em relação à estatal. Isto é já evidente, face ao facto de o anterior plano de 20 sistemas centralizados não estar a ser levado por diante. O Estado não pode, nem deve, fazer tudo neste campo. Grande parte da informação especializada não é tarefa do Estado e, segundo o Governo, isto não diz respeito somente à informação secundária e factual, mas também às infra-estruturas.

Entretanto, quais são as reacções dos grupos interessados, em face destes problemas?

Os *intermediários da informação* (information brokers) e as *associações industriais*, dizem que especialmente na área da economia, a informação deve ser reforçada. Eles afirmam que as áreas da informação especializada, que se encontram sob a responsabilidade directa do Governo são ainda bastante pobres e que o esforço no sentido de uma sensibilização para a informação tem que ser consideravelmente reforçado. No que respeita às barreiras impostas pela língua, os técnicos e os intermediários da informação, são de opinião que as mesmas constituem um problema sério, enquanto que as associações industriais afirmam que o Inglês é suficiente e que não são necessárias traduções...

*Editores e tipógrafos* pretendem um maior apoio nas áreas da publicação electrónica e nos «media» modernos, na forma de subsídios para projectos de investigação e parecem estar interessados em cooperar com os sistemas de bases de dados existentes. Tudo isto deverá ser analisado no pressuposto de que no ano 2000, 25 % das revistas e 90 % dos relatórios em todo o mundo serão só publicados a pedido.

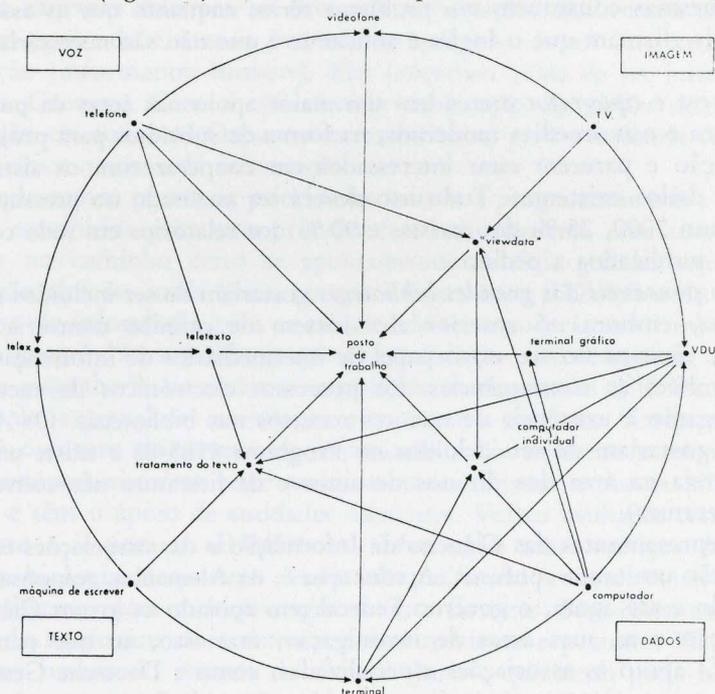
Os *responsáveis das grandes bibliotecas* gostariam de ser incluídos no novo Programa, embora no anterior eles fossem de opinião contrária. Agora contudo, vêm-se no seu novo papel de intermediários de informação e prevêem também as consequências dos processos electrónicos de encomenda, que obrigarão à existência de maiores recursos nas bibliotecas. Os *Arquivos* também gostariam de ser incluídos no Programa 1985-88 e existe uma certa controvérsia na área dos direitos de autor e da literatura não-convencional (grey literature).

Os representantes das Ciências da Informação e das associações especializadas estão um tanto confusos. A educação é, na Alemanha, responsabilidade do Estado e até agora, o governo Federal tem apoiado as jovens Ciências da Informação e as suas áreas de investigação, mas isso, ao que parece, vai acabar. O apoio às associações especializadas, como a Deutsche Gesellschaft für Dokumentation, será muito reduzido. As relações internacionais no sector não-governamental eram, até agora, da responsabilidade da DGD e passarão também a sofrer as consequências desses cortes, assim como os cursos de formação. Os grandes centros de informação especializada já existentes são os que mais virão a ganhar ou, talvez, os que menos virão a perder, dado que os seus apoios terão que continuar, no novo Programa. Prevê-se que a fase preparatória do Programa 1985-88 fique terminada este mês (Fevereiro), devendo a primeira versão ficar pronta no Verão e a versão final, no Outono.

Ninguém sabe o que o novo Programa trará para a RFA. Terão os mercados privados um efeito suficiente? Terá o Estado capacidade para atender às necessidades vitais? Terá a cooperação internacional o efeito que se pretende? São todas perguntas em aberto. Mas não há outra hipótese. A esperança dos

especialistas é a de terem uma voz activa no Programa e ajudá-lo a manter-se, para além da 1988!

Não há, de facto, alternativas, ao estabelecimento de um programa nacional de informação e, no horizonte, não param de aparecer novas ideias revolucionárias: o que será lido, não mais terá que ser escrito primeiro; as imagens e gráficos não mais terão que ser previamente desenhados; as palavras não mais terão que ter sido ditas anteriormente. No futuro, só haverá um tipo de posto de trabalho e a integração da voz, texto, imagens e dados, será uma realidade (figura 1). Sistemas locais possibilitarão a todas as pessoas o



*"... No futuro, só haverá um tipo de posto de trabalho e a integração da voz, texto, imagens e dados, será uma realidade ..."*

acesso a bancos de dados e aos escritórios electrónicos. A qualidade dos visores (VDU) irá melhorar espectacularmente. O novo video disco, que hoje tem somente capacidade para ler, amanhã será um instrumento de armazenamento informático, capaz de ler e escrever informação, abrindo as mais espantosas possibilidades. Todo o conhecimento escrito do mundo podia ser armazenado, há alguns anos, numa memória de computador com a dimensão de uma sala de conferências. Hoje, o espaço necessário é o de uma secretária. Amanhã, essa memória não será maior do que uma caixa de charutos. 500 000 páginas A4 serão armazenadas num disco de registo digital óptico (DOR-Digital Optical Recording), com 30 cm de diâmetro.

As pessoas ganharão mais confiança nos sistemas, pois aprenderão a criar os seus próprios ficheiros informatizados. Os bancos de dados regionais serão popularizados e as pessoas sentir-se-ão «à vontade», na sua utilização. De referir ainda, que a infomação regional não interessará somente à região em causa, dado que um posto de trabalho centrado num micro-computador terá ligação às redes nacionais e internacionais, mas será deste modo, base de dados e terminal inteligente, simultaneamente. As possibilidades de interligação, em simultâneo, de um número crescente de utilizadores dos sistemas de informação mais avançados, significará uma informação cada vez mais enriquecida. No futuro, haverá cada vez mais utilizadores e a qualidade dos sistemas de informação é sempre uma função da quantidade de utilizadores.

Pesquisar grandes bases de dados internacionais tem vantagens de dois tipos. Por exemplo, a base de dados da Documentação Internacional de Investigação Rodoviária (IRRD) da OCDE, foi instalada, há alguns anos na IRS (Information Retrieval Services). Como consequência, quando se utiliza a IRS tem-se acesso não só à IRRD, mas também a outras 15 bases de dados. Há cerca de 1700 bases de dados no mundo, o que significa um milhão de documentos, aproximadamente. Em arquivos privados, deve haver uma soma igual de documentos. Uma das questões a pôr no futuro, sobre a via de acesso a todas estas bases, é se ela deve ser através das redes convencionais ou através de videotexto. O acesso através de videotexto será barato e simples, dado que o equipamento estará em nossas casas e as possibilidades parecem ser inúmeras, contudo, os sistemas poderão vir a ser pouco práticos. De qualquer modo, o videotexto poderá ter interesse em algumas formas de aplicação. Os terminais terão, como é evidente, um aspecto diferente e a imagem nos écrans TV terá uma melhor qualidade que a de hoje. As rotinas de acesso às bases de dados melhorarão, no entanto muito terá ainda que se fazer no sentido de facilitar o acesso aos sistemas pelo utilizador («user friendly access»). A utilização dos sistemas tornar-se-á múltipla: em centros de informação, na indústria, na administração pública e mesmo em bibliotecas públicas.

A ergonomia do hardware e do software são também áreas que oferecem grandes e prometedoras possibilidades. A normalização proposta pelo ISO e pela UNESCO vão desenvolver aqui um papel importante, caso a UNESCO consiga sobreviver, como é evidente... A cooperação internacional é, sem dúvida, necessária e terá que ser fundamentada em acordos e regulamentos com aplicação trans-nacional.

No século XIX o conhecimento humano registado duplicou. No nosso século, tal acontece cada dez anos. Nas ciências naturais e engenharia este período é, contudo, de cinco anos e há quem seja de opinião de que 80 % dos documentos, de que realmente precisamos, não têm mais do que dois anos de vida.

Assim, é evidente que o problema da informação existe e que ele terá que ser resolvido por meios modernos, mas que sugestões se poderão oferecer

para melhorar as perspectivas actuais da informação em Portugal? Uma, seria um esforço para a elaboração de um sólido Programa de Informação, a entrar em vigor, talvez na mesma altura em que a rede de transmissão de dados portuguesa estiver pronta, em 1985. Do ponto de vista da elaboração de uma política, a experiência do que se passou na RFA, leva-nos a concluir o seguinte:

— Todos os intervenientes deverão ser previamente contactados e sensibilizados, ou correr-se-á o risco de os ter, mais tarde, como opositores.

— Deve ser criado um conjunto flexível de políticas e não uma política monolítica.

— Uma comissão coordenadora é mais eficaz e deverá sempre ser preferida a um órgão responsável.

Na generalidade e a longo prazo, há dois temas que merecem uma atenção especial e continuada:

— Criar uma sensibilização pela informação

— Afastar-mo-nos da ideia dos dicionários electrónicos e pensarmos mais em oferecer informação para solucionar problemas concretos. Contudo, a inteligência artificial e as futuras estruturas dos bancos de informação são assunto que, nesta matéria, vão dar ainda muito que falar...

Conferência proferida pelo Prof. P. P. Canisius no auditório principal do LNETI, em 27 de Fevereiro de 1984, a convite da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Texto traduzido e adaptado por Rodrigo Magalhães.